O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 974 | 22 de novembro de 2017

Vitória sobre a reforma trabalhista

Conquistamos a renovação da convenção coletiva; a luta continua para melhorar os acordos

Página 3

Fique sócio e fortaleça O SEU SINDICATO

A reforma trabalhista (lei 13.467/2017) veio para tirar os direitos dos trabalhadores, tendo como um dos fundamentos o enfraquecimento do movimento sindical, É nessa hora que os trabalhadores precisam de um sindicato forte. E um sindicato só é forte com os trabalhadores sindicalizados e organizados na luta pelos seus direitos.

Aprovada no Congresso há quatro meses e em vigor desde o dia 11 de novembro último, a reforma trabalhista ainda é desconhecida pela maioria das pessoas até porque a mídia dá a entender que ela "moderniza" as relações do trabalho, sem tirar os direitos, e ainda destaca que tornou facultativo o imposto sindical. Portanto, a maioria dos brasileiros desconhece a extensão do estrago que a reforma pode causar.

A pergunta que muitos fazem é "o que eu ganho me sindicalizando". A resposta é o que o trabalhador perde sem a sindicalização. Sem um sindicato forte para protegê-lo das garras dos patrões.

Para que serve a convenção coletiva do trabalho

A convenção coletiva do trabalho é um conjunto de regras acordadas entre entidades representativas dos trabalhadores e patronais. No caso do nosso Sindicato, a convenção coletiva é considerada uma das mais avançadas no país e tem aproximadamente 100 itens que tratam de temas diversos, como estabilidade acima da CLT aos acidentados no trabalho e/ou portadores de doenças ocupacionais, condições de trabalho, realização de exames preventivos do câncer, transporte etc.

É a convecção coletiva do trabalho, renovada anualmente ou a cada dois anos, que garante a manutenção dos direitos conquistados pela categoria ao longo dos anos. E é essa convenção que os trabalhadores não sindicalizados podem perder como um dos efeitos nefastos da reforma trabalhista.

Sócios contam com apoio de médico do trabalho

Dr. Tarcísio Almeida é o médico do trabalho no Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindicato e atende todas as sextas-feiras na sede em Santo André. Com larga experiência em Medicina do Trabalho, ele conhece todos os macetes que as empresas e os peritos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) usam para prejudicar os trabalhadores em caso de acidente de trabalho ou de doença ocupacional. Portanto, ao ser atendido por Dr. Tarcísio, o trabalhador sócio do Sindicato tem a certeza de que receberá todas as orientações para ter os seus direitos respeitados, sem ter de pagar um centavo a mais além da mensalidade de sindicalizado.

Sem homologação no Sindicato, trabalhador só perde

A reforma trabalhista tirou a obrigatoriedade de os sindicatos homologarem as demissões dos trabalhadores de sua base. Por isso, na Campanha Salarial 2017, o Sindicato fez questão de lutar para incluir nas convenções coletivas do trabalho a manutenção da obrigatoriedade das homologações. Isso quer dizer que os sócios terão a garantia de, em caso de demissão, contar com a proteção do Sindicato, cujo Departamento de Homologação examina item por item as verbas rescisórias calculadas pelas empresas.

Para se ter uma ideia da importância desse procedimento, somente de janeiro de 2016 para cá, mais de R$ 1,4 milhão foram resgatados para os trabalhadores porque as empresas tiveram de corrigir os "erros" cometidos, pagando a diferença aos demitidos. E os sócios do Sindicato não pagam nada, além das mensalidades, para ter essa proteção.

Sem a homologação no Sindicato, o trabalhador não sindicalizado terá de contratar um advogado, que vai cobrar pelo menos 30% pelo serviço, pois dificilmente conhece profundamente a lei a ponto de poder cobrar a empresa, por conta própria, se estiver sendo lesado nas verbas rescisórias.

Jurídico obteve repasse de mais de R$ 8,7 milhões aos trabalhadores

O Departamento Jurídico do Sindicato conta com uma equipe de cinco advogados altamente especializados e tem como assessor especial Dr. Raimundo Simão, consultor jurídico, procurador Regional do Trabalho aposentado, doutor em Direito das Relações Sociais e professor.

Desde janeiro de 2016 até outubro de 2017, os advogados do Sindicato distribuíram 920 processos na Justiça do Trabalho e obteve vitórias que resultaram em repasse de RS 8.706.941,98 aos trabalhadores. Isso dá uma média mensal de quase R$ 400.000,00 resgatados para os trabalhadores por direitos desrespeitados pelos patrões.

Com a reforma trabalhista que já é uma realidade, o que está em jogo é a defesa dos direitos históricos dos trabalhadores, e cada um pode fazer a sua parte tornando o Sindicato cada vez mais forte.

A luta faz a lei!

Cícero Martinha
Presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Osmar César Fernandes
Presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

O que rola nas fábricas

SINDICALIZE-SE

A reforma trabalhista, em vigor desde o dia 11 de novembro, ameaça precarizar as relações de trabalho com a retirada de direitos. É hora, então, de fortalecermos a organização no Chão de Fábrica com o Sindicato e os trabalhadores unidos na resistência contra a reforma trabalhista e em defesa dos direitos conquistados com muita luta. A equipe de sindicalização do Sindicato estará nas seguintes empresas nos próximos dias.

Dia 22/11 Molas Padroeira
Dia 23/11 JS Bronzina
Dia 24/11 Carcaça Valente
Dia 27/11 Diniz
Dia 28/11 Negel
Dia 29/11 GPM
Dia 30/11 Madope
1/12 Qualicar

Não Fique só. Fique sócio.

Conquistamos a renovação da convenção coletiva; a luta continua para melhorar os acordos

A mais difícil Campanha Salarial dos últimos anos foi uma vitória sobre a reforma trabalhista, com a renovação das convenções coletivas do trabalho por mais um ano. Em assembleia realizada no dia 17 de novembro, foram aprovados os acordos da Fundição, do Sindipeças, do Simefre-Sinafer, do Siescomet e do Sicetel que preveem também a reposição da inflação, que ficou em 1,83% (principais pontos na tabela abaixo).

Além da renovação de todas as cláusulas sociais, que desde o início foi defendida pelo Sindicato como de extrema importância, as convenções incluem ainda salvaguardas contra os efeitos da reforma trabalhista em três itens: proibição do trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres; obrigatoriedade de homologação das demissões no Sindicato e negociação com o Sindicato de qualquer mudança que mexa nos direitos dos trabalhadores.

Foram assinados na Federação dos Metalúrgicos quatro acordos

Por que a mobilização tem de continuar

Como o Sindicato alertou os trabalhadores em todas as assembleias e nas reuniões realizadas, a inflação que o governo vem divulgando é baixíssima. E os acordos fechados formam um guarda-chuva, a fim de garantir o mínimo a todos os trabalhadores da base. Então, onde houver mobilização dos companheiros o Sindicato vai negociar com as empresas para melhorar os acordos em relação ao abono e ao reajuste salarial.

Maxion. O Sindicato já entregou uma pauta à empresa para abrir as negociações.

Polimetri. Em negociação direta com a empresa, o Sindicato conquistou para os trabalhadores o pagamento do abono de 15%, em parcela única, no dia 17 de janeiro de 2018.

Setores patronais que não fecharam acordo ainda

Além do Grupo 10 que se nega a negociar com os sindicatos há três anos, não fecharam acordo os seguintes sindicatos ou grupos patronais: Grupo 2, parte do Grupo 19-3, Sindicel, Siamfer, Sibapem, Siamfesp, Sindratar e Siacomef.

Nesses casos em que há impasse com os sindicatos patronais, o Sindicato iniciou o envio de uma pauta para abrir negociação direta com as empresas e garantir não só o reajuste salarial como a renovação da convenção coletiva com as salvaguardas contra a reforma trabalhista.

Paranapanema. Em resposta à pauta enviada pelo Sindicato, a empresa agendou a reunião para esta quinta-feira, dia 23, às 10h, para discutir o dissídio coletivo e outros assuntos internos.

Arconic. Foi entregue uma pauta à empresa para negociar o dissídio coletivo e vale-alimentação.

Prysmian. Também foi entregue uma pauta para discutir o acordo salarial.

Grupo 10. O Sindicato já negociou acordos com várias empresas com reajuste salarial e renovação da convenção coletiva e está enviando uma pauta com aviso de greve àquelas que ainda não negociaram. Então, se a empresa em que trabalha não negociou ainda, o trabalhador deve procurar o Sindicato imediatamente. Fiquem atentos, pois, sem acordo, os trabalhadores ficam sem a proteção da convenção coletiva do trabalho. A palavra de ordem é: acordo por empresa ou greve.

PRINCIPAIS PONTOS DAS CONVENÇÕES COLETIVAS

FUNDIÇÃO (CONVENÇÃO)

1) Reajuste Salarial:
1,83% a partir de 1/07/2018

2) Abono – Total 15%– Sobre salário de 31/10/2017
5% a ser pago até 22/12/2017
5% a ser pago até 22/01/2018
5% a ser pago até 22/03/2018

3) Salário Normativo: a partir de 01/07/2018
Até 350 trabalhadores: R$ 1.492,46
+ de 350 trabalhadores: R$ 1.792,66

SINDIPEÇAS (CONVENÇÃO)

1) Reajuste Salarial:
1,80% a partir de 01/08/2018 sobre salários de 31/10/2017 – Teto R$ 8.602,00 – Fixo R$ 154,84

2) Abono – Total 15% - Sobre salário de 31/10/2017.
5% a ser pago até 12/12/2017
5% a ser pago até 13/03/2018
5% a ser pago até 12/06/2018
Teto: R$ 8.602,00
As empresas que optarem em conceder o reajuste salarial de 1,80% em 01/11/2017 ficam desobrigadas da concessão do abono.

3) Piso Salarial: a partir de 01/08/2018
Até 150 empregados: R$ 1.440,00
+ de 150 empregados: R$ 1.830,00

SIMEFRE - SINAFER (CONVENÇÃO)

1) Reajuste Salarial:
1,83% a partir de 01/08/2018 sobre o salários de 31/10/2017 – Teto R$ 8.618,00 – Fixo R$ 157,71

2) Abono – Total 15% - Sobre salário de 31/10/2017
5% a ser pago até 20/12/2017
5% a ser pago até 20/02/2018
5% a ser pago até 20/04/2018
Teto: R$ 8.618,00
As empresas que optarem em conceder o reajuste salarial de 1,83% em 01/11/2017 ficam desobrigadas da concessão do abono.

3) Salário Normativo: a partir de 01/08/2018
Até 100 empregados: R$ 1.346,69
De 101 a 350 empregados: R$ 1.477,11
+ de 350 empregados: R$ 1.719,41

SIESCOMET E SICETEL

1) Reajuste Salarial:
1,83% a partir de 01/08/2018 sobre salários de 31/10/2017 – Teto R$ 8.609,73

2) Abono – Total 15% - Sobre salário de 31/10/2017.
5% a ser pago até 20/12/2017
5% a ser pago até 20/02/2018
5% a ser pago até 20/04/2018
Teto: R$ 8.609,73 – fixo de R$ 430,49

3) Salário Normativo: a partir de 01/08/2018
Até 100 empregados: R$ 1.346,69
De 101 a 350 empregados: RE 1.477,11
+ de 350 empregados: R$ 1.719,51

Uma data para ser lembrada e refletida todos os dias

Às vezes, alguns frios números falam muito mais que milhares de palavras. Então, vamos a alguns dados sobre a realidade vivida pelos negros e pardos no Brasil:

- 63,7% dos desempregados no Brasil são negros ou pardos (IBGE)
- Se os negros ganhassem salários iguais aos dos brancos no Brasil, seriam injetados na economia brasileira R$ 808,83 bilhões (instituto de pesquisa Locomotiva);
- Mulher negra graduada no Brasil recebe 43% do salário de homem branco (IBGE/Locomotiva);
- Entre os gerentes, os negros são apenas 6,3%, ante os 90,1% de brancos; nas posições executivas, ocupam 4,7%; e nos conselhos de administração, apenas 4,9%. Já as mulheres negras representam apenas 0,4 % do quadro executivo (Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do país);
- De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública);
- Enquanto a mortalidade de não-negras caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22% (idem);
- Os jovens negros entre 12 e 29 anos apresentam o dobro de vulnerabilidade ao homicídio que os brancos na mesma faixa etária (Índice de Vulnerabilidade de Juvenil à Violência e Desigualdade);
- 93% dos brasileiros concordam que existe racismo no Brasil, mas apenas 3% declaram abertamente que preferem evitar conviver com negros.

Os dados acima justificam por si sós por que no mês da Consciência Negra, cujo ápice é o Dia da Consciência Negra celebrado em 20 de novembro, o tema deve ser debatido à exaustão em todos os meios disponíveis. "Há sempre desvantagens para a comunidade negra em qualquer leitura que se faça nos aspectos socioeconômicos dos levantamentos realizados por institutos de pesquisas", afirma Francisco Quintino, coordenador do Departamento de Relações Étnicos-raciais da Fequimfar e presidente do Inspir (Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial) pela Força Sindical.

Diante dessa realidade, levar a sério a implementação da lei 10.639, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, é mais do que urgente. Aprovada em 2003, a lei completará no próximo ano 15 anos de vigência.

Como anda o projeto que torna 20/11 feriado nacional

O Dia Nacional da Consciência Negra é em homenagem a Zumbi dos Palmares, que foi o líder do maior quilombo do período colonial, o Quilombo dos Palmares. A data foi instituída oficialmente em nível nacional em 2011, e é feriado em mais de 1.000 municípios, incluindo todos do Grande ABC, e em cinco Estados.

Na Câmara dos Deputados, está pronto para ir à votação no plenário o projeto de lei 296/15, de autoria do deputado Valmir Assunção (PT-BA), que torna o Dia da Consciência Negra um feriado nacional. O projeto foi aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) no dia 6 de outubro.

O que rola nas fábricas

| Paranapanema |

Aprovada compensação no fim do ano

Trabalhadores aprovam nova proposta para o fim do ano

Após a rejeição da proposta inicial de compensação de folgas no fim do ano, vários trabalhadores procuraram o Sindicato para que as negociações com a Paranapanema fossem reabertas. Eles apresentaram, inclusive, uma nova proposta, a qual foi discutida em reunião com a direção da empresa. Levada à assembleia realizada no dia 13 de novembro, a proposta foi aprovada por ampla maioria dos trabalhadores, informa o diretor Adilson Torres, o Sapão.

| Sandré Alumínio |

PLR é paga em parcela única

Os companheiros da Sandré Alumínio receberam na última sexta, dia 17, a PLR-2017, conforme proposta negociada pelo Sindicato com a empresa, informa o diretos Geovane.

| Jardim Sistemas |

Fim do ano terá 4 dias de folga

Depois da rejeição da primeira proposta, o Sindicato voltou a negociar com a Jardim Sistemas e chegou-se a uma forma de compensação de folgas no fim do ano que foi aprovada pelos trabalhadores. Assim, os companheiros vão folgar nos dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro e compensarão os dias conforme proposta aprovada, informa o diretor Brito.

| Galutti |

Empresa deve definição sobre coletivas

Devido aos contatos feitos pelos trabalhadores da Galutti sobre férias coletivas, o Sindicato entrou em contato com a empresa que não confirmou se dará ou não as coletivas e informou que aguarda a programação da produção para se decidir. O Sindicato está encaminhando uma pauta para que a empresa agende uma reunião a fim de tratar essa questão e outras pendências de forma objetiva, informa o diretor Geovane.

| NHJ |

Sindicato cobra proposta de PLR

O Sindicato vinha negociando a PLR-2017 com a NHJ, mas na última sexta, dia 17, em vez de uma proposta, recebeu uma negativa como resposta, informa o diretor Cica. Diante disso, o Sindicato enviou à empresa, nesta terça, dia 21, uma pauta para reabrir as negociações. Portanto, companheiros, fiquem mobilizados para fortalecer a luta pela PLR.

O METALÚRGICO
Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Presidente licenciado: Cícero Martinha **Presidente em exercício:** Osmar Cesar Fernandes **Diretores responsáveis:** Osmar Cesar Fernandes e Geovane Correa
Jornalista responsável: Marina Takiishi MTb 13.404
Fotos: Rossini Handley **Editoração Eletrônica:** Neusa Taeko